

AUTOMEDICAÇÃO POR ANTIINFLAMATÓRIOS NÃO-ESTEROIDAIIS (AINEs)

Luana Silva Maciel¹
Syljeane Francisca Vaz de Souza²
Dalília Pereira Marques³
Alessandra Gomes Skrivan³
Aliny Lopes Coelho³
Dayane Silva Corrêa³
Elizandra Gonçalves Bahia³
Flávia Nunes Costa³
Glaciane Dias dos Santos³
Jânio Sousa Santos³
Klecus Renato Silveira Celestino³
Marcelo Claudio Monteiro da Silva³
Maria Emanuelle de Alburqueque³
Priscilla Cavalcante Lima³
Priscille Fidelis Pacheco Hartcopff³
Raquel Mara Ladeira do Carmo Schmaltz³
Regiane Padilha dos Santos³
Ruth Pinto Silva³
Symara Rodrigues Antunes³
Genecy Roberto dos Santos Bachinski⁴

¹Graduando(a) do Curso de Farmácia na Faculdade Master de Parauapebas – FAMAP. E-mail: lunaalui@hotmail.com

²Graduando(a) do Curso de Farmácia na Faculdade Master de Parauapebas – FAMAP. E-mail: jehvaz.jv@gmail.com

³Docente da Faculdade Máster do Pará – FAMAP.

⁴Docente e diretora da Faculdade Máster de Parauapebas – FAMAP.

Resumo

Introdução: O consumo de medicamentos sem receita médica pode ser caracterizado como um indicador indireto da má qualidade dos serviços de saúde. Atualmente uma das classes de fármacos mais utilizadas pela população são os anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs), por deterem atividades analgésicas, antitérmicas e anti-inflamatórias. Esta categoria de drogas possui potencial para causar reações adversas, toxicidade e efeitos indesejáveis adicionais, dependentes do seu mecanismo de ação a diversos sistemas. **Objetivo:** Realizar um alerta sobre os riscos, consequências e fatores que favorecem a prática do uso de medicamento sem prescrição, além de frisar a importância da atuação farmacêutica na descontinuação desse hábito. **Métodos:** Pesquisa de revisão sistemática da literatura, realizada nas bases de dados Scielo, Pubmed, Lilacs, livros, revistas científicas, trabalhos de mestrados e trabalhos de conclusão de curso. **Resultados:** A prevalência do uso irracional de medicamentos no Brasil, segundo dados do Conselho Federal de Farmácia é realizada por 77% da população. Esta realidade está atrelada a baixa eficiência prestada pelos sistemas de saúde, influência da mídia, familiares,

balconistas e a falta de políticas de educação em saúde. **Conclusão:** Percebe-se que na atualidade, tem-se um favorecimento de doenças cardiovasculares, renais, gastrointestinais e hematológicas associadas ao consumo de anti-inflamatórios não esteroidais.

Palavras-chave: Uso irracional de medicamentos; Reações adversas; Atenção Farmacêutica.

Introdução

A automedicação é definida como o ato de consumir medicamentos sem o devido acompanhamento de um profissional de saúde, e é uma prática muito comum entre a sociedade. Enquadrado como um hábito de consumo irracional e praticado por conta própria, é responsável por causar impactos no âmbito clínico dos serviços de saúde (KO & ALBUQUERQUE, 2018).

Uma preocupante consequência da automedicação para indivíduos envolve uma série de fatores, entre eles: atraso no diagnóstico, mascaramento de doenças evolutivas, efeitos indesejáveis sejam eles a curto ou longo prazo, interações com outros fármacos. Além do impacto sobre a vida humana, as reações adversas a medicamentos também influenciam significativamente nos custos com saúde (MATOS *et al.* 2018).

Uma das classes de fármacos mais utilizadas no mundo e com maior frequência, são as dos anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs). São prescritas para tratamento de várias desordens clínicas como distúrbios musculoesqueléticos, artrite reumatoide, fibromialgia, dor neuropática e são utilizados sem prescrição no caso de queixas menos graves (AYOMA & DELMÃO, 2021).

Os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs), corresponde a um distinto grupo de drogas semelhantes a aspirina ou analgésicos antipiréticos, em virtude de sua aplicabilidade de inibir a oxidação do ácido araquidônico pelas Ciclo-oxigenases COXs de ácidos graxos (RANG *et al.* 2011).

Os AINEs exercem os seguintes efeitos:

ATIVIDADE ANALGÉSICA: a atividade antálgica dos AINEs localiza-se em nível periférico, por intermédio da síntese de prostaglandinas (PGs), são pertinentes nas algias musculares, articulares, odontológicas e em cefaleias de causas diversas incluindo as enxaquecas moderadas (OLIVEIRA JUNIOR, 2011);

ATIVIDADE ANTIPIRÉTICA: os AINEs atuam no centro do hipotálamo que é responsável pela regulação da temperatura corporal e o equilíbrio entre a perda e a produção de calor, ou seja, regulam o termostato (RANG *et al.* 2016);

ATIVIDADE ANTIINFLAMATÓRIA: a atividade anti-inflamatória dos AINEs, ocorre pela inibição da ciclooxigenase e, portanto, todas as sínteses das prostaglandinas (KUMAR, 2013).

Os AINEs são ácidos fracos, e essa característica permite sua distribuição nos tecidos inflamados. Esta classe pode ser difundida preferencialmente pelos tecidos sinoviais inflamados por ser carreador de íons. Estes medicamentos podem ainda se depositar na mucosa gastrintestinal e nos rins, que são os principais locais de efeitos colaterais (GRAHAME-SMITH *et al.* 2002; SAKATA & ISSY, 2008).

A maioria dos AINEs são vendidos de forma livre e fazem parte da automedicação entre a comunidade brasileira. Em decorrência da falta de políticas de orientação quanto ao uso irracional de medicamentos (atenção qualificada a saúde), o farmacêutico é o profissional habilitado para orientar a descontinuação desta prática (SANTOS *et al.* 2021).

A motivação da construção deste trabalho, está calcado em realizar um alerta sobre os danos que o uso indiscriminado de anti-inflamatórios não esteroides e os danos que podem gerar no organismo de quem os consome. O trabalho objetivou expor quais são os principais motivos que impulsionam a população a realizar o uso irracional de fármacos, porque os anti-inflamatórios são os medicamentos de primeira escolha para automedicação e de que forma o farmacêutico pode contribuir para a descontinuação desta prática.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de revisão sistemática da literatura, a qual envolve uma busca rigorosa, descritiva e exploratória de fontes como, livros, artigos indexados para identificar, avaliar e sintetizar estudos desenvolvidos e publicados sobre do tema abordado. As pesquisas foram efetuadas em livros, artigos, revistas indexadas e publicações em sites como Scielo (Scientific Eletronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Acadêmico, Revistas, Periódicos e órgãos competentes como OMS (Organização Mundial da Saúde), OPAS (Organização Pan-Americano da Saúde) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), objetivando a veracidade e enriquecimento do disposto trabalho.

Como critérios de inclusão, determinou-se por pesquisas realizadas em artigos e livros publicados em língua portuguesa e língua portuguesa europeia, entre os anos de 2016 e 2021, utilizando palavras chaves como: automedicação, antiinflamatórios marketing e atenção farmacêutica. Como critérios de exclusão, todos os trabalhos que não estão de acordo com os requisitos mínimos exigidos para a realização deste.

Resultados e discussões

Estudos demonstram que a abundância e a facilidade de acesso a medicamentos de tarja vermelha (sem retenção de receita) acrescido a venda de medicamentos isentos de prescrição (MIP), fazem com que o índice da automedicação e os danos provocado pelo uso irracional aumentem (OLIVEIRA & BARBOSA, 2018).

Santos *et al.* (2021), explica que a maioria dos AINES são comercializados por venda livre e a falta de políticas de orientação deixa a população à mercê deste ato. Também ressalta a importância da atenção farmacêutica para descontinuação desta prática.

Conforme uma pesquisa do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade -ICTQ no ano de 2018, no Brasil 79% dos indivíduos acima de 16 anos fazem uso de medicamentos sem acompanhamento médico ou farmacêutico. Segundo dados houve variações em quatro anos desde que se iniciou a pesquisa, sendo que em 2014, 76% afirmavam automedicar-se, 2016, 72%. Os principais prescritores leigos e informais no Brasil (figura 1), foram: familiares 68%, balconistas 48%, amigos 41%, vizinhos 27% e artista de TV 16%.

Figura 1: Prescritores informais no Brasil
Fonte: ICTQ, (2018).

Em um estudo exploratório realizado por Torres *et al.* (2018), entre universitários da Universidade Federal das Paraíba-PB, sobre a influência de publicidade de consumo de medicamentos, constatou-se que 96% dos entrevistados concordam que, as propagandas induzem na automedicação. Nesse mesmo levantamento foram analisados outros parâmetros que motivaram a obtenção de fármacos: 25% dos entrevistados reportaram que são persuadidos pela difusão em rádio, 54,76% em divulgações pela televisão, 56,35% por indicação de balconistas e 80,95% por estimulação de amigos (Gráfico 1).

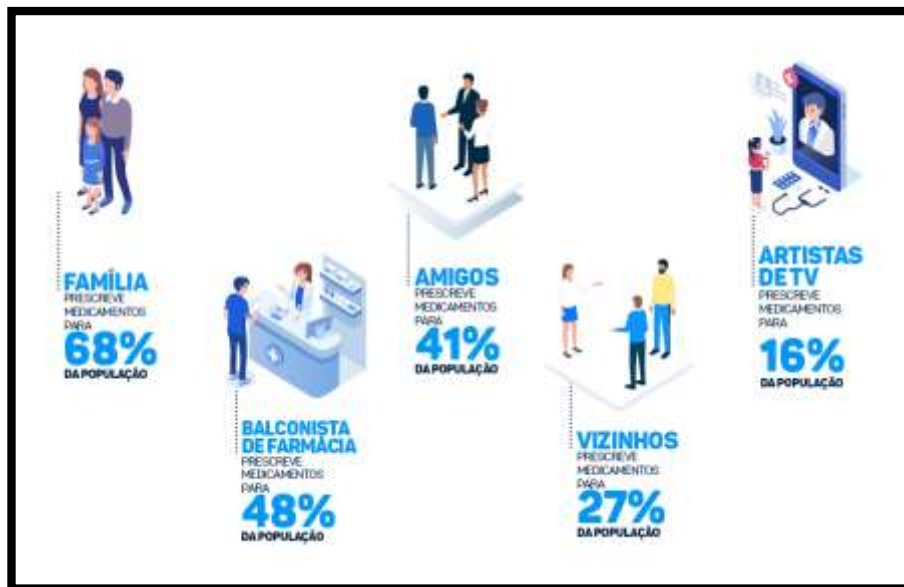
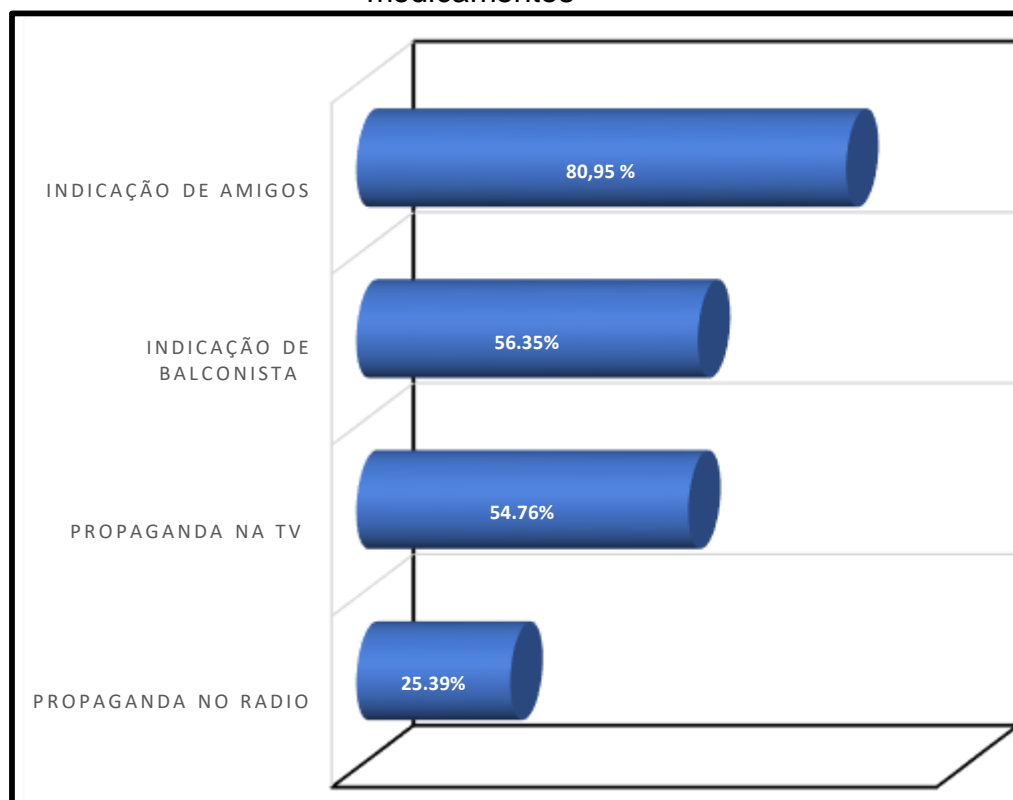


Gráfico 1: Elementos que motivam os universitários na compra de medicamentos



Fonte: Torres *et al.* (adaptada), 2018.

Mello *et al.* (2010), relata que umas das principais razões que leva o indivíduo a se automedicar é considerar o medicamento como um componente para tratar sintomas e doenças com etiologia desconhecida, com o propósito de cura. No entanto Gama e Secoli, (2017), ressalta que consumo irracional de medicamentos provoca distúrbios clínicos, enfermidades iatrogênicas e em muitos casos a morte.

Rankel *et al.* (2016), ressalta que os AINEs desencadeiam diversas reações adversas em função do seu efeito tóxico sobre vários tecidos, podendo ainda induzir ou agravar a hipertensão arterial, provocar insuficiência renal, síndrome nefrótica, necrose papilar e outras formas de doença renal.

O Brasil é um dos líderes mundiais referentes ao consumo de medicamentos, com o mercado abrangendo cerca de 22,1 bilhões de dólares anualmente, e sua extensa disponibilidade amplia o seu uso irracional. A Organização Mundial da Saúde ressalta que 50% dos medicamentos são prescritos, dispensados e vendidos de maneira incorreta, e cerca de metade dos pacientes fazem uso de forma inapropriada (FERREIRA & CARVALHO, 2021).

De acordo com Cecin (2015), os eventos adversos que comumente causa transtornos ao uso do ácido acetilsalicílico e AINEs são descritos no quadro 1:

Quadro 1: Efeitos adversos do tratamento com AINEs

Efeitos colaterais frequentes e comuns dos AINEs

Sistema	Manifestações
Gastrintestinal	Dor abdominal, náuseas, anorexia, erosões/úlceras gástricas, anemia, hemorragia GI, perfuração e diarreia.
Renal	Retenção de sal e água, edema, piora da função renal em pacientes renais e cardíacos ou cirróticos, menor excreção de uratos (especialmente o AAS).
Plaquetas	Inibição da ativação plaquetária, propensão a equimoses e maior risco de hemorragias.
Hipersensibilidade	Prolongamento do trabalho de parto, prolongamento do trabalho de parto, rinite vasomotora, angioedema, asma, asma, rubor, hipotensão e choque.
Vascular	Fechamento do canal arterial.

Fonte: CECIN, (2015).

Conforme a resolução 308/99 do Conselho Federal de Farmácia-CFF (2013), a assistência farmacêutica,

é um conjunto de ações e serviços que assegura assistência terapêutica integral, na promoção e recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenham atividades de projeto, pesquisa, manipulação, produção, conservação, dispensação, distribuição, garantia e controle de qualidade, vigilância sanitária e epidemiológica de medicamentos e produtos farmacêuticos”.

O farmacêutico é o profissional responsável por orientar os pacientes quanto ao uso irracional de medicamentos. Ele atua também esclarecendo as dúvidas quanto à posologia e a forma de administração, além de minimizar ou reverter os danos causados à saúde em decorrência do mau uso deste, garantido desta forma o bem-estar dos consumidores (PASSOS, 2020).

A maioria dos medicamentos consumidos são isentos de prescrição, mas não isentos de riscos. É imprescindível que o uso de fármacos de venda livre devem ser

objetos de ações públicas em prol de sua comercialização e utilização. Estudos apontam que a precariedade de serviços de saúde associados a vivências culturais, falta de fiscalização na comercialização destes pela indústria farmacêutica, tornou-se um problema de saúde pública de grandes proporções (OLIVEIRA & BARBOSA, 2018).

Conclusão

A automedicação é um problema comum, cultural, milenar e mundial, realizado em função de diversos fatores que faz parte da realidade de cada uma delas. Esta ação provoca danos à saúde da população e gera gastos extras governamentais.

Diante disso, faz-se necessária uma orientação mais clara sobre os riscos e efeitos não desejáveis que os medicamentos podem causar, se utilizados de forma errônea, principalmente os divulgados pelos veículos de comunicação. Esta modificação poderia ocorrer da seguinte forma: “ao persistir os sintomas, o médico deverá ser consultado”, para, “aos primeiros sintomas, procure seu médico e ou farmacêutico”. Esta pequena modificação irá mudar o fato sobre a atitude das pessoas quanto a sua própria segurança.

Percebemos que a partir deste estudo, a população necessita de um acolhimento mais humanizado nos serviços de saúde, de uma maior acessibilidade a informações oferecidas pelos profissionais de saúde. Diante desta premissa, entende-se a necessidade de criar programas de atenção farmacêutica em todos os municípios do país, com o intuito de orientar sobre o uso correto de fármacos, a fim de evitar novos agravos e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

O farmacêutico dentro de suas habilitações é o profissional capacitado para prestar assistência farmacêutica, conscientizar os pacientes quanto ao uso racional de medicamentos, de como utilizados corretamente sob a prescrição médica, a fim de propiciar alívio de males que afetam a sua saúde. Embora na maioria das regiões do país a desvalorização da profissão ainda seja evidente, o farmacêutico segue contribuindo para que mudanças significativas no que diz respeito a questão da automedicação possam ocorrer.

Referências

AYOMA, E. DE. A; DELMÃO, F. M. Anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) mais vendidos em farmácias comunitárias: revisão de literatura. **Rev Bras Interdiscip Saúde.** v 3, n. 2 p. 29-35, 2021. Disponível em: <http://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.

CECIN, H. A. **Tratado Brasileiro de Reumatologia**. Editora Atheneu, São Paulo - SP, 2015. Pg. 219 – 228. Diferente do texto

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Prescrição Farmacêutica e Atribuições Clínicas do Farmacêutico**. 2013. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resoluções/308.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2022.

FERREIRA, I. S.; CARVALHO, C. J. S. DE. **A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública**. Brazilian Journal off Development, Curitiba – PR, v. 7, n.5, pg. 47642-47652, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv.v7i5.29676>. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

GAMA, A. S. M, SECOLI, S. R. **Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil**. Rev Gaúcha Enferm. Coari – Am. v. 38, n.1, pg.65111, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/HQm9Gznw68wWrB7wtWR4FMQ/?lang=pt> Acesso em: 04 e dezembro de 2021.

GRAHAME-SMITH, D. G.; ARONSON, J. K. **Tratado de Farmacologia Clínica e Farmacoterapia**. 3º ed. Editora Guanabara. Rio de Janeiro – RJ, 2002. Pg. 324-326.

INSTITUTO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E QUALIDADE. **Pesquisa – Automedicação no Brasil**. ICTQ, Anápolis – GO, 2018. Disponível em: <https://ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

KO, L. T. Y.; ALBUQUERQUE, C. N. de. **A evolução do mercado de anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) e o papel do farmacêutico frente à automedicação**. 2018. 59f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação) - Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/cb11a425-a8d0-43e5-b11d-d718176fd081/2954756.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2021.

KUMAR, V. ROBBINS, **Patologia Básica**. 9ª ed. Editora Elsevier. Rio de Janeiro – RJ, 2013. Pg. 48-50. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200030>. Acesso em: 03 de dezembro 2021.

MATOS, J.F. *et al*. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos Saúde Coletiva**. v. 26, n. 1 p. 76-83, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201800010351>>. Acesso em: 09 de outubro de 2021.

MELO, José Romério Rabelo *et al*. Automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cad. Saúde Pública**. 2021; 37(4):e00053221. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/tTzxtM86YwzCwBGnVBHKmrQ/?format=pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2021.

OLIVEIRA, M. A. R; BARBOSA, F. G. Caracterização da prática de automedicação e fatores associados: uma breve revisão. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 25, n. 1, p. 62-65, 2018. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20181204_202240.pdf. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA JUNIOR, I. S. de. **Princípios da farmacologia básica em ciências biológicas e da saúde**. Ed. Rideel, São Paulo – SP, 2011. Pg. 121 – 125.

PASSOS, Amanda Rodrigues. **A Importância Da Atenção Farmacêutica Na Prevenção Da Automedicação**. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Farmácia apresentado a Faculdade de Inhumas FacMais - GO, 2020, 14 pag. Disponível em: http://65.108.49.104/xmlui/bitstream/handle/123456789/179/TCC%20Amanda_Final

%20Corre%C3%A7%C3%B5es-compactado.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
Acesso em: 28 de março de 2022.

RANG, H. P. *et al.* **Farmacologia**. 8. ed. Editora Elsevier. Rio de Janeiro - RJ, 2011. Pg. 318-326.

RANG, H. P. *et al.* **Farmacologia**. 8. ed. Editora Elsevier. Rio de Janeiro - RJ, 2016. Pg. 320.

RANKEL, S. A. O. *et al.* **Uso irracional dos anti-inflamatórios não esteroidais no Município de Tijucas do Sul, Paraná, Brasil**. *Visão Acadêmica*, v. 17, n. 4, p. 5-14, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/acd.v17i4.50205>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

SAKATA, Rioko kimimo, YSSY, Adriana machado. **Fármacos para o tratamento da dor**. 1. Ed. Editora Manole. São Paulo, 2008. Pg. 1-47.

SANTOS, E. J. *et al.* **Anti-inflamatórios não esteróides e problemas renais**. *Jornal Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, Vargem grande – São Paulo. v. 10, n. 15, pg.15.22923, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22923>. Acesso em: 05 de setembro de 2021.

TORRES, L. V. *et al.* **Influência da Publicidade sobre o consumo de Medicamentos numa Comunidade Universitária de João Pessoa – PB**. *Revista Nova Esperança*, João Pessoa – PB.v.16, n.3, pg. 7-18, 2018. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/15>. Acesso em: 04 de abril de 2021.